

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES DOS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1969	1
---	---

P. V. Sendin

M. S. Carmo

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA DE 1970/71	19
--	----

ANO XVII

N.º7/8

Julho e
Agosto

1970

SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

CORPO TÉCNICO

Diretor Geral: Rubens A. Dias

Assessores: Paulo D. Criscuolo, Roberto de M. Alvarenga,
Cyro Okamoto

Assessoria de Programação: Fernando S. Gomes Junior (chefe),
Sérgio G. Vassimon

DIVISÕES

Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Constantino C. Fraga.

Seção de Análise da Conjuntura Agrícola: Constantino C. Fraga (chefe), Fernando B. Homem de Mello (*).

Seção de Projetos de Desenvolvimento: Alberto Veiga (chefe), José M. de Souza, Rita de Cassia M. Vollet.

Seção de Análise da Situação dos Produtos: Antonio A. Amaro (chefe), Arciley A. Pinheiro, Paulo A. Wiesel, Luiz Moricochi, José A. Martins, Yoshio Namekata, Luiz F. B. Cansegliero, S. Nogueira Jr., Ramon M. Garcia.

Seção de Economia da Terra: a ser instalada em 1970.

Seção de Crédito, Tributação e Legislação: Ismar F. Pereira (chefe), José C. M. Alarcon.

Seção de Sociologia Rural: a ser instalada em 1970, Anna Perina R. Arruda, Ana Elisa Garcia.

Seção de Economia Florestal: Roberto de M. Alvarenga (chefe), Bruno M. R. Pessanha.

Comercialização

Diretor: Pérsio C. Junqueira.

Seção de Organização e Estrutura de Mercados: Pérsio C. Junqueira (chefe), Ewerton R. de Lins, Maria de Lourdes C. Arruda, Wilson L. do Canto (*), Paulo Isnard R. Almeida, Maria Lucia B. D'Apice.

Seção de Análise de Preços, Custos e Margens: Sérgio A. Brandt (chefe), Claus F. T. de Freitas, Fernando R. Duarte, Maria Celina M. Padovani.

Seção de Pesquisas e Desenvolvimento de Mercados: D. Desgualdo Netto (chefe), Flávio C. de Carvalho.

Seção de Mercados de Insumos: Natanael M. dos Anjos (chefe), Luiz G. S. R. Monteiro, Dalva L. Maffia.

Economia da Produção

Diretor: Oscar J. T. Ettori.

Seção de Economia de Insumos: a ser instalada em 1970.

Seção de Economia das Explorações Agrícolas: Oscar J. T. Ettori (chefe), Caio T. Yamaguishi, Yoshihiko Sugai, Laerte P. Rodrigues, Jaime J. C. da Câmara.

Seção de Análise Econômica e Financeira das Empresas: Paul F. Bemelmans (chefe), Minoru Matsunaga.

Seção de Administração de Empresas Agrícolas: Luiz M. Pellegrini (chefe), Evaristo M. Neves (*), Hermando F. de Noronha, Luiz C. Asséf, José R. Camargo.

Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan.

Seção de Análise Estatística e Econométrica: Salomão Schattan (chefe), M. J. Martins Falcão, José F. de Noronha (*), Nelson K. Toyama, Milton N. de Camargo, Rosa Maria C. Pescarin.

Seção de Previsões e Estimativas: Luiz H. de Oliveira Piva (chefe), Julio H. Jimenez Ossio, Wagner J. de Barros, Koji Nakajima, José Diniz de Araujo.

Seção de Informações de Mercado com Setor de Telecomunicações: João C. V. Vianna Netto (chefe), Paulo T. Morimoto.

Seção de Controle de Qualidade das Estatísticas: a ser instalada em 1970, Paulo V. Sendin (*), Maristela S. do Carmo.

Seção de Computação: Antônio J. Fava.

(*) Afastados do Instituto, frequentando cursos de aperfeiçoamento;

— Os técnicos Luiz Sérgio P. Pereira, Antônio Guedes B. Campos, Antônio D. Piteri, Jorge D. Issa, Milton A. Moisés, Antonio A. B. Junqueira, Mauro S. Barros, acham-se afastados do Instituto, prestando colaboração a outras instituições governamentais ou licenciados do cargo.

ANÁLISE DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES DOS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1969

Eng.º Agr.º Paulo Varela Sendin

Eng.º Agr.º Maristela Simões do Carmo (1)

1 — INTRODUÇÃO

O levantamento mensal dos “Preços Médios Recebidos Pelos Agricultores”, vem sendo realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo desde 1948, DIAS (2), e a partir de 1968 tal trabalho acha-se sob a responsabilidade da Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas do Instituto de Economia Agrícola, através de sua Seção de Informações de Mercado.

A elaboração dessas estimativas de preços, vem sofren-

do profundas mudanças nos últimos dois anos, com melhoria nos métodos de trabalho, na coleta dos dados, no sistema de ponderação e especialmente na seleção de novos e melhores informantes, incluindo um aumento substancial no número destes.

Tal trabalho, contudo, necessita de um contróle mensal para que sejam detectadas eventuais falhas e se apresentem soluções aos pequenos problemas atuais ou outros que possam surgir e que venham alterar a fidedignidade dos dados.

(1) Os autores agradecem ao Eng.º Agr.º Salomão Schattan pela revisão do texto e críticas apresentadas.

A motivação d'êste trabalho é a implantação de uma rotina de Análise dos "Preços Médios Recebidos pelos Agricultores", visando controlar qualitativamente os dados estatísticos utilizados para o cálculo da média d'êsses preços e dos respectivos índices. Isto se propõe como um trabalho rotineiro quando da implantação da "Seção de Contrôlo de Qualidade das Estatísticas".

Em trabalho anterior (5), foi feita uma análise visando o estabelecimento do tamanho da amostra necessária para o cálculo das médias dos preços de 12 produtos agrícolas. Tal trabalho, no entanto, perdeu parte de sua validade devido à mudança da Regionalização do Estado, pois do antigo sistema de Delegacias Regionais Agrícolas, Chefias de Extensão e Zonas do Estado, cada qual com uma ponderação própria, passou-se para uma divisão do Estado em 9 regiões, que são as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs).

A nova divisão tornou necessário um novo cálculo da amostra, bem como novo estudo do

efeito da regionalização sobre as estimativas de preço.

Outro fator limitante da pesquisa anterior, foi a análise ter sido realizada apenas para um dado mês, sendo de se esperar alterações na variância dos preços, dependendo da época do ano, provocadas pela concentração da comercialização de determinados produtos em determinadas épocas.

Temos ainda a esclarecer que no presente trabalho escolheu-se um produto apenas, o milho, para a análise inicial e estabelecimento da rotina. Preferiu-se o milho, porque é um produto para o qual se dispõe de grande número de informações durante o ano todo, e também porque apresentou uma significativa diferenciação de preços entre as regiões, ou melhor, entre Delegacias, no citado trabalho anterior.

Os objetivos específicos d'êste trabalho são:

- a) analisar a variância dos preços de milho, através do teste F, ao nível do produtor, visando localizar

diferenciações de preços inter-regionais, que justifiquem a ponderação utilizada no cálculo do preço médio do estado;

- b) analisar a existência de diferenças de qualidade dos preços, através do coeficiente de variação, entre as várias regiões e ao longo do ano;
- c) isolar as variações de preços devidas ao acaso, das variações devidas à regiões e à época do ano, bem como à interação de Meses e Regiões, quando da análise dos preços ao longo do ano todo;
- d) indicar o tamanho da amostra necessária para o cálculo das estimativas de preços médios com erros de amostragem esperados de 1%, 2%, 2,5%, 3% e 5%.

2 — REVISÃO DE LITERATURA

Trabalhos específicos sobre análise de qualidade das estimativas de preços, são raros.

Somente teve-se contacto com um deles, onde SENDIN (5), analisa os Preços Médios Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, para o mês de abril de 1968, focalizando as diferenciações inter-regionais, através da análise de suas variâncias e indicando ainda o tamanho das amostras desejáveis, para determinadas magnitudes de erro admitido. Esse trabalho envolveu o estudo dos preços de 12 produtos.

Também consultou-se outras publicações relacionadas com o assunto de Preços Agrícolas no Estado de São Paulo, podendo-se assinalar o trabalho de DIAS (2) e PEREIRA (4).

No primeiro, encontrou-se explicações de como são obtidos esses preços, desde a coleta até a ponderação em nível de Setores Agrícolas (mais tarde Delegacias Agrícolas) e Estado, bem como um anexo estatístico com os pesos usados nas diversas ponderações; os Preços Médios Mensais Recebidos pelos Lavradores do Estado de São Paulo, produto por produto, no decorrer do período.

do de 1948 a 1959 e também os Preços Médios Anuais para todos os produtos agrícolas regularmente apurados na época.

No segundo, houve referência às ponderações para determinar os preços médios mensais e anuais recebidos pelos pecuaristas no Estado de São Paulo, utilizando pesos baseados nas densidades regionais dos rebanhos de bovinos de corte, de leite e de suínos.

Apresentou ainda os preços médios coletados desde 1954.

3 — METODOLOGIA

3.1 — FONTE DOS DADOS

Este trabalho tem por base as informações de preços recebidos pelos produtores, coletadas pela Seção de Informações de Mercado, através de seus informantes espalhados por todas as regiões do Estado. A esses informantes são enviados mensalmente dois questionários de preços agrícolas; o primeiro onde predominam produtos agropecuários e granjeiros e o

segundo de produtos horti-frutícolas. Essa rede é constituída por 665 informantes, em sua maioria comerciantes, agricultores e engenheiros agrônomos.

Depois de analisados e calculados, os preços médios são publicados no Boletim Mensal "Estatísticas Agrícolas".

3.2 — HIPÓTESE DE TRABALHO

Para que as inferências a serem obtidas da análise de variância sejam válidas é necessário que se faça as seguintes pressuposições CONAGIN (1) e GOMES (3):

- a) variáveis aleatórias: os valores x_{ij} (onde i = número de DIRAs e J = número de meses), são valores observados de variáveis aleatórias distribuídas normalmente ao redor da média verdadeira;
- b) aditividade: os diversos efeitos a que estão sujeitos os valores observados são aditivos, como se verá pelo modelo matemático logo a seguir;

- c) correlação nula: os erros ou desvios devidos ao acaso são independentes;
- d) variâncias iguais: os erros aleatórios possuem todos a mesma variância s^2 ;
- e) normalidade: os erros aleatórios têm distribuição normal.

Ainda para a manipulação estatística das informações, tomou-se como válida a hipótese de que “as informações constituem uma amostra representativa do total das transações efetuadas, tendo êste total uma distribuição normal de Probabilidades” SENDIN (5).

Tal hipótese embora não espelhe fielmente a realidade, presta-se para o uso dos instrumentos estatísticos, permitindo uma análise dessas informações de maneira a testar seu grau de confiabilidade e mesmo sabendo que não é totalmente válida, pode-se aceitá-la porque essa imperfeição não invalidará os resultados obtidos. Sabe-se também que êsses resulta-

dos, mesmo com algumas imperfeições, são necessários ao aperfeiçoamento dos “Preços Médios Recebidos pelos Agricultores”.

3.3 — MODELO MATEMÁTICO

Para o esquema de análise mensal, a fim de testar o efeito da Regionalização, foi pressuposto o seguinte modelo:

$$P_{ik} = m + D_i + e_{ik}$$

onde:

P_{ik} = Preço na DIRA i , do informante k ;

m = média de tôdas (N) informações;

D_i = efeito devido à DIRA;

e_{ik} = erro aleatório.

$i = 1, 2, 3, \dots, d$

$k = 1, 2, 3, \dots, n_i$

$\sum n_i = N$

onde:

d = número de DIRAs

n_i = número de informações na i ésima DIRA.

Para a Análise ao longo do ano, supos-se que o nível de preço a que é efetuada determinada transação, dentro de nossa "População" definida como Total das Transações Efetuadas, é caracterizado pela média dos preços, mais as variações devidas à Região em que é efetuada a transação (DIRA), ao mês em que ela é concluída e a uma variação devida ao acaso, variação esta associada à própria distribuição probabilística dos preços (Hipótese de Trabalho).

O modelo matemático em que as causas de variação (efeitos) que atuam sobre a média se somam algèbricamente, é o seguinte:

$$P_{ijk} = m + D_i + M_j + D_i M_j + e_{ijk}$$

onde:

P_{ijk} = Preços que ocorrem em uma transação k qualquer, no mês j e na DIRA i;

m = Média geral dos preços de um produto no

ano de 1969. Compreende tôdas as informações recebidas para êsse produto;

D_i = Efeito da DIRA i sobre a média dos preços;

M_j = Efeito do mês j sobre a média de preços;

$D_i M_j$ = Efeito da interação entre a DIRA i e o mês j, sobre a média dos preços;

e_{ijk} = Erro aleatório de distribuição normal e por hipótese de média zero e Desvio Padrão 1, associado a uma transação k qualquer, na DIRA i e mês j.

3.4 — ANALISES EXECUTADAS

Inicialmente, calculou-se as variâncias e respectivos "Desvio Padrão", por DIRA, mês a mês, para se obter o coeficiente de variação por DIRA e sua evolução durante o transcorrer do ano (quadro 1).

QUADRO 1. — Coeficiente de Variação, em Porcentagem, das Informações de Preços de Milho, no Estado de São Paulo, 1969

Mês	DIRA								
	1	2	3	4	5	6	7 (1)	8	9
1	15,21	11,07	16,41	16,71	11,28	7,34	—	14,12	18,52
2	12,74	4,61	5,71	12,00	6,58	6,95	—	7,54	0,00
3	12,08	6,23	9,63	14,92	6,46	8,42	—	13,41	0,00
4	10,59	5,68	18,83	11,96	6,36	8,85	—	20,30	15,67
5	6,33	12,79	17,16	7,92	6,09	3,98	—	12,73	25,36
6	8,29	9,77	12,84	14,33	8,85	4,61	—	12,59	13,02
7	6,54	7,97	14,06	9,36	9,85	8,69	—	13,01	10,70
8	10,65	14,10	14,48	15,81	12,01	9,82	—	9,45	16,08
9	16,27	13,47	12,53	14,57	12,64	6,96	—	17,17	15,38
10	9,45	16,29	15,45	19,21	14,00	9,58	—	13,63	16,68
11	13,94	10,06	11,04	16,53	9,32	10,94	—	17,43	15,96
12	10,70	11,32	7,27	11,98	12,71	11,61	—	18,93	9,90

(1) DIRA da Grande São Paulo e São Paulo Exterior, não foi analisada devido ao pequeno número de informações disponíveis para o milho.

Mensalmente foi feita uma análise de Variância para isolar o efeito das DIRAs (quadro 5).

C.V.	G.L.	S.Q.D.	Q.M.	F.
DIRA	d-1	S.Q.D. DIRA	$\frac{\text{S.Q.D. DIRA}}{d-1}$	$\frac{\text{Q.M. DIRA}}{\text{Q.M. Residuo}}$
Residuo	N-d	S.Q.D. Residuo	$\frac{\text{S.Q.D. Residuo}}{N-d}$	
Total	N-1	S.Q.D. Total		

C.V.	G.L.	S.Q.D.	Q.M.	F.
DIRA	d-1	S.Q.D. DIRA	$\frac{\text{S.Q.D. DIRA}}{d-1}$	$\frac{\text{Q.M. DIRA}}{S_r^2}$
Meses	m-1	S.Q.D. Meses	$\frac{\text{S.Q.D. Meses}}{m-1}$	$\frac{\text{Q.M. Meses}}{S_r^2}$
D×M	(d-1) (m-1)	S.Q.D. Int.	$\frac{\text{S.Q.D. Int.}}{(d-1) (m-1)}$	$\frac{\text{Q.M. Int.}}{S_r^2}$
Residuo	r	S.Q.D. Res.	$\frac{\text{S.Q.D. Res.}}{r}$	= S_r^2
Total	N-1	S.Q.D. Total		

O modelo mensal de análise foi o seguinte SNEDECOR (6):

onde d é o número de DIRAs que enviaram as informações em determinado mês e N é o número total de informações nesse mês. O Teste "F" permite determinar o efeito DIRA sobre os preços.

Uma análise envolvendo as informações do ano todo, com a determinação da variação entre os meses, entre as DIRAs e a interação entre meses e DIRAs também foi feita (quadro 6).

Para a análise anual, o esquema é o que se segue SNEDECOR (6):

onde d é o número de DIRAs que enviaram as informações durante o ano (oito), e N é o número total de informações no ano.

Baseado nos resultados obtidos das análises anteriores, pôde-se estimar o número de informações dentro de cada DIRA, necessárias para obten-

ção dos preços médios, aos níveis de 1%, 2%, 2,5%, 3% e 5% de erro admitido.

Esse número foi obtido a partir das variâncias médias de cada DIRA, para o ano todo, segundo a expressão derivada do cálculo do Erro Padrão da Média SENDIN (5):

$$N = \frac{(C.V.)^2}{(P)^2}$$

onde N é o número de informações necessárias para se obter uma estimativa da média, com um erro em torno de $P\%$, de uma população cujo coeficiente de variação é de $C.V.\%$.

Calculou-se essa amostra, DIRA por DIRA e chegou-se à amostra total para o Estado, necessária para estimativas aos vários níveis de erro admitido; portanto a amostra deverá ser bem maior do que se fôsse calculada através da variância total da População e a precisão da informação global também deverá ser maior.

QUADRO 2. — Tamanho da Amostra Necessária em cada Região, para Cálculo dos Preços Médios de Milho Recebidos pelos Agricultores com Erro Padrão Prefixado, 1969

DIRA	C.V. (1)	N.º atual (2)	Número de Informações Erro Admitido % (3)				
			1	2	2,5	3	5
1	11,07	12	123	31	25	14	5
2	10,28	25	106	27	22	12	5
3	12,95	11	168	42	34	19	7
4	13,78	14	190	48	38	22	8
5	9,68	19	94	24	19	11	4
6	8,15	12	67	17	14	8	3
7 (4)	—	—	—	—	—	—	—
8	14,19	16	202	51	41	23	9
9	13,11	6	172	43	35	20	7
Total		115	1.122	283	228	129	48

(1) Média Mensal.

(2) Refere-se a média de informações mensais, devido a não coincidência do número de informantes com o número de informações.

(3) O número de informações foi arredondado para a unidade superior.

(4) DIRA da Grande São Paulo e São Paulo Exterior, não foi analisada devido ao pequeno número de informações disponíveis para o milho.

QUADRO 3. — Tamanho da Amostra em cada Região, Necessária para o Cálculo do Preço Médio de Milho Recebido pelos Agricultores, Utilizando o Maior Coeficiente de Variação Ocorrido no Ano, para Diversos Níveis de Erros, 1969

DIRA	C.V. (1)	Mês	N.º atual (2)	Número de Informações Erro Admitido % (3)				
				1	2	2,5	3	5
1	16,27	9	15	265	67	53	30	11
2	16,29	10	28	266	67	54	30	11
3	18,83	4	8	355	89	71	40	15
4	19,21	10	17	370	93	74	42	15
5	14,00	10	22	196	49	40	22	8
6	11,61	12	11	135	34	27	15	6
7 (4)	—	—	—	—	—	—	—	—
8	20,30	4	15	413	104	83	46	17
9	25,36	5	2	644	161	129	72	26
Total			118	2.644	664	531	297	109

(1) C.V. máximo do ano.

(2) Número de informações no mês de maior C.V.

(3) O número de informações foi arredondado para a unidade superior.

(4) DIRA da Grande São Paulo e São Paulo Exterior, não foi analisada devido ao pequeno número de informações disponíveis para o milho.

Os resultados obtidos foram os do quadro 2.

Calculou-se também o tamanho da amostra, utilizando-se o coeficiente de variação máximo observado durante o ano, o que dará a máxima margem

de segurança para a amostra aos níveis de erro admitido (quadro 3).

Verificou-se ainda, qual o erro para o atual número de informações (quadro 4).

QUADRO 4. — Erro Padrão do Preço Médio do Milho Recebido pelos Agricultores por Regiões, 1969

DIRA	N.º de Informações (¹)	Erro (%)
1	12	3,2
2	25	2,1
3	11	3,9
4	14	3,7
5	19	2,2
6	12	2,4
7	—	—
8	16	3,5
9	6	5,4

(¹) Média-mensal do número de informações.

4 — DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 — ANÁLISE MENSAL DA VARIÂNCIA ENTRE AS DIRAS

Os resultados obtidos dessas análises foram:

QUADRO 5. — Variância, Desvio Padrão, Coeficiente de Variação e Valores de F, para . . . Efeitos das Regiões nos Meses, dos Preços de Milho no Estado de São Paulo, 1969

Mês	s ²	s	C.V. % (4)	F
1	1,62	1,27	14,57	3,54 ** (1)
2	0,44	0,66	8,21	3,76 **
3	0,60	0,77	9,89	3,47 **
4	1,05	1,02	12,87	2,47 * (2)
5	1,25	1,12	12,90	1,21 N.S. (3)
6	1,07	1,03	10,80	5,40 **
7	0,87	0,93	9,73	5,52 **
8	1,70	1,30	12,95	4,81 **
9	2,53	1,59	13,76	2,88 **
10	4,07	2,02	14,97	1,81 N.S.
11	3,77	1,94	13,31	3,89 **
12	3,48	1,87	12,34	2,34 *

(1) ** — significância a 1%.

(2) * — significância a 5%.

(3) N.S. — não apresentou diferenças significativas.

(4) O coeficiente de variação é referente ao Estado.

Verificou-se que as informações variam significativamente entre as DIRAs, em quase todos os meses, exceto em maio e outubro.

Não foi possível identificar a razão da não significância nestes dois meses.

4.2 — ANÁLISE ANUAL DA VARIÂNCIA ENTRE AS DIRAs

Ao se analisar a variância das informações consideradas durante o ano, isolando-se os efeitos de Meses, DIRAs e Interação Meses × DIRAs, obteve-se os seguintes resultados:

QUADRO 6. — Análise de Variância, entre DIRAs, Meses e Interação DIRAs × Meses, dos Preços de Milho no Estado de São Paulo, 1969

Causas de Variação	G.L.	S.Q.	Q.M.	F
DIRAs	7	153.889,19	21.984,17	9,78 ** (1)
Meses	11	160.709,99	14.610,00	6,50 **
D × M	77	153.401,01	1.992,00	0,89 N.S. (2)
Resíduo	1.255	2.820.058,27	2.247,06	
Total	1.332	3.288.058,46		

(1) ** — Diferenças significativas a 99% de probabilidade.

(2) N.S. — Diferenças não significativas a 95% de probabilidade.

As DIRAs apresentaram diferenças significativas ao nível de 1%, confirmando a análise mensal que mostrou essa diferença em quase todos os meses, o que era de se esperar desde que o mercado do milho não é perfeito, havendo naturais di-

ferenças de preços entre as regiões, devidas provavelmente à deficiências de comunicação entre as DIRAs, e, principalmente, a custos maiores ou menores de transporte até o centro consumidor. Diferenças de qualidade do produto que é cotado sem especificação de variedades ou tipos também podem estimular essas variações entre as DIRAs.

As informações diferiram também significativamente, ao nível de 1%, entre os meses, o que se explica pela estacionalidade da produção e pela inflação que ocorreu durante o ano, que foi em torno de 20% segundo as autoridades federais.

Já a interação entre os efeitos de Meses e DIRA, mostrou-se não significativa, indicando uma independência entre os dois efeitos na determinação dos preços, embora em dois dos meses analisados, não se constatasse significância das diferenças entre as DIRAs.

5 — CONCLUSÕES

5.1 — QUALIDADE ATUAL DAS INFORMAÇÕES

A qualidade atual das informações, parece ser adequada, pois constatou-se Coeficientes de Variação relativamente baixos para os preços médios mensais, entre 8,21% em fevereiro a 14,97% em outubro (quapro 5), e mesmo as informações por DIRA raramente ultrapassaram 20% para o valor do Coeficiente de Variação (quadro 1).

5.2 — COMPARAÇÃO COM ABRIL DE 1968

As informações analisadas por SENDIN (5), para o milho, apresentaram C.V. menor, entretanto deve-se levar em conta que naquela análise, foi feita estratificação por Delegacias Agrícolas que existiam na ocasião, o que isolou bastante as causas de variação não devidas ao acaso, pois havia 45 Delegacias, ao passo que atualmente existem apenas 9 DIRAs.

5.3 — NÚMERO DE INFORMAÇÕES

Conforme quadro 2, verifica-se que o número de informações mostrou-se adequado ao nível de 5% de erro admitido, com exceção da DIRA 9, que corresponde à Divisão Regional do Vale do Paraíba.

Já ao nível de 3%, somente as DIRAs de Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, mostraram-se com um número de informações adequadas. A 2,5% continuaram as DIRAs de Bauru e Ribeirão Preto, com informações em número suficiente, o mesmo não ocorrendo para as outras.

Observando o quadro 3, verifica-se que, quando se utiliza o C.V. máximo ocorrido durante o ano, para o cálculo da amostra, o número de informa-

ções, admitindo-se os vários níveis de erro, aumenta e, portanto aumenta também a margem de segurança para todos os meses do ano, quanto a precisão dos preços médios calculados. Nessas condições a 3% de erro, nenhuma Região mostrou-se satisfatória quanto ao número de informações.

A 5%, entretanto, apenas as DIRAs de Campinas, Sorocaba e do Vale do Paraíba não tiveram o número de informações adequadas, para os meses em que apresentaram maior C.V.

5.4 — NECESSIDADE DA PONDERAÇÃO

A ponderação utilizada nos cálculos dos preços médios, mostrou-se necessária, porque realmente o produto apresenta diferenças significativas entre as DIRAs.

LITERATURA CITADA

1. CONAGIN, A. Princípios da técnica experimental e análise estatística de experimentos. Campinas, Instituto Agrônômico, 1961. 236p. (Mimeografado).
2. DIAS, R. ARAÚJO. Levantamento dos preços médios recebidos pelos lavradores. Agricultura em São Paulo 7(2):37-48. 1960.

3. GOMES, F. PIMENTEL. Curso de estatística experimental. 3.^a ed. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 1966. 404p.
4. PEREIRA, I. F. Levantamento dos preços médios recebidos pelos produtores. Agricultura em São Paulo 7(3):45-49. 1960.
5. SENDIN, P. V. Preços médios recebidos pelos lavradores. Efeito do número de informações e da regionalização sobre a precisão das estimativas. Agricultura em São Paulo 15(9/10):19-25. 1968.
6. SNEDECOR, G. W. Métodos estadísticos. 5.^a ed. México, D.F., Editorial Continental, 1964. 626p.

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA DE 1970/71

Instituto de Economia Agrícola

1 — ASPECTO GERAL

Não fôssem as geadas sobre o café e os percalços por que passou o cultivo do algodão, o ano agrícola de 1969/70 poderia ser considerado como um dos melhores dos últimos tempos em São Paulo. Seus benéficos efeitos sobre toda a economia do setor seriam ainda bastante exaltados pelo fato de que as quatro temporadas anteriores foram algo frustradas com a agricultura, apresentando declínio em alguns dos seus mais importantes aspectos como: valor da produção, superfície de plantio, volume produzido, renda "per capita", etc.

Infelizmente, os revêses experimentados pelo café e algo-

dão em muito empanam os ganhos do ano. De qualquer forma, porém, êstes existiram e sob vários aspectos foram bastante destacados. Com efeito e não obstante estarem os dados disponíveis sujeitos ainda a retificações, mostram êles, dentre outros aspectos e sempre em relação ao ano anterior, que:

- a) a superfície de plantio dos principais produtos vegetais aumentou em cerca de 10%;
- b) dentre as 16 mais importantes lavouras do Estado, 10 acusaram aumentos no volume das safras e 12, melhoria nos rendimentos por unidade de área;

- c) o valor da produção dos 21 mais importantes produtos e que contribuem com mais de 80% do total da agricultura do Estado, segundo as primeiras previsões, aumentou de 4,2 bilhões de cruzeiros em 1969 para 5,9 em 1970, em valores correntes, representando acréscimo de 19% em valor real, desde que se admita para o período uma desvalorização da moeda da ordem de 20,11%;
- d) o consumo aparente de fertilizantes, ainda que ficando aquém do estimado por muitos círculos, registrou aumento aproximado de 10%;
- e) o uso de outros insumos modernos como rações, corretivos, defensivos, vacinas, etc. também teria aumentado, de acôrdo com informações isoladas e ainda preliminares.

Em resumo, embora pudesse ter sido ótimo, foi um bom ano agrícola.

São inúmeras as causas que podem ser invocadas para explicar essa recuperação. Buscando a síntese, talvez seja suficiente mencionar as seguintes:

- a) uma reação natural aos anos seguidos de frustração, mórmente aos dois últimos, em que as adversidades climáticas pesaram bastante. A limitação dos suprimentos e seus efeitos nos preços de muitos produtos, o encaminhamento para o seu final das dificuldades que se manifestaram em importantes setores como o da cana e da carne e sobretudo a necessidade de aumentar a renda ou ressarcir-se de prejuízos, levaram os produtores a êsse movimento de recuperação. Em breve, um sentido de ajustamento geral do setor às novas condições;
- b) medidas governamentais de apoio, abrangendo não só as de natureza geral, como o maior contrôle da

inflação e os incentivos às exportações, mas também as de âmbito setorial, dentre elas as maiores facilidades à aquisição de insumos, isenções ou reduções de impostos, ampliação do crédito, etc.

Seja como fôr, uma vez constatada a recuperação, o que importa é utilizá-la como ponto de apoio para a retomada do desenvolvimento do setor, procurando ao menos impedir que êle atue, como vinha fazendo nos últimos anos, qual anteparo ou força retroativa do progresso dos demais setores. Desnecessário seria insistir, até porque já foi considerado em detalhes nos trabalhos que com igual finalidade foram feitos nos anos anteriores, que a garantia de preços mínimos é um dos melhores meios com que conta o Govêrno, pelo menos a curto prazo, para influenciar o setor agrícola no sentido de melhor atender aos objetivos por êle traçados.

1.1 — CRITÉRIOS

Tendo em conta o que vem

de ser dito e ainda certas circunstâncias como, o fato de que o contrôle do ritmo inflacionário criou inegavelmente um clima próximo ao da estabilidade financeira, os reajustamentos periódicos da taxa cambial procedidas pelo Govêrno e a reativação geral das atividades econômicas, parece lícito concluir que o critério básico que deva presidir o nível de preços de garantia para a próxima safra deva continuar o mesmo dos anos anteriores e que, em essência, seria o de assegurar em termos reais as bases fixadas anteriormente, procedendo-se aos necessários reajustes de acôrdo com as exigências específicas da economia de cada produto. Em decorrência dessa posição, aparece de imediato a necessidade de estimar-se a taxa de desvalorização da moeda para o próximo período.

Na falta de informações mais detalhadas sôbre êste assunto, admitir-se-á uma desvalorização de 18% para o período que, aproximadamente medeia agosto de 70 a agosto de 1971. Êsse índice de inflação parece con-

ter margem suficiente de garantia, a exemplo aliás, do que invariavelmente tem ocorrido com estimativas de mesma natureza dos trabalhos anteriores. Isso, entre outras coisas, porque se leva em conta as dificuldades bem maiores que existem em baixar os níveis da inflação quando os mesmos já foram enormemente reduzidos. Na ausência, também, de conhecimentos mais precisos, será admitido um reajuste cambial de 8 a 10% na taxa do dólar, para os próximos 10 meses, época em que se devem iniciar as vendas externas da próxima colheita.

Com os elementos citados e o até aqui exposto, passa-se à apresentação sumária da situação de cada produto a ser contemplado pela garantia de preços mínimos, procurando-se ater aos aspectos mais destacados em que suas respectivas economias se acham envolvidas.

2 — ALGODÃO

2.1 — SITUAÇÃO MUNDIAL

Repetindo o exposto em relatório de março sobre a situa-

ção algodoeira, cumpre desde logo salientar que a característica mais destacada da temporada 1969/70 foi a reversão das expectativas sobre a produção mundial. De uma previsão inicial de conforto e até excesso da produção sobre o consumo, calcada num aumento da superfície de plantio de quase 2 milhões de hectares, passou-se a uma perspectiva de produzir-se 1,9 milhões de fardos a menos que na temporada precedente e também quase 2 milhões de fardos a menos que o consumo estimado. Isso, porque a quebra de produção em muitos e importantes países produtores, devido a várias causas, mas principalmente às adversas condições climáticas, foi maior que o ganho registrado em outros. Nos EE.UU., apesar do aumento de 9% na área cultivada, o volume de produção foi inferior em cerca de 10%. A colheita mexicana decresceu em quase 30%. Na América Central a perda é estimada em 20% e no Oriente Médio em pouco menos de 10%. Na própria Rússia onde a pro-

dução vinha crescendo continuamente, houve uma redução de 4%. Os pequenos aumentos verificados na Índia, Paquistão, Sudão, Argentina e mais acentuados na Grécia, Egito e África Oriental não foram suficientes para compensar as perdas acima mencionadas. O rendimento unitário mundial foi cerca de 6% menor que no ano anterior.

O consumo mundial que na temporada 1968/69 praticamente interrompera a longa tendência de crescimento (o aumento foi desprezível) deverá em 1969/70 também registrar um acréscimo mínimo, o que até certo ponto é auspicioso, já que para certos observadores este seria o primeiro ano em que se deveria baixar, em termos absolutos, o consumo de algodão. É preciso ter em conta, no entanto, que os ganhos que ainda registra o consumo mundial desta fibra, deve-se quase totalmente à sua maior utilização nas regiões menos desenvolvidas, principalmente da Ásia, América do Sul e África.

Em 1968/69, o consumo mundial foi avaliado em 52,9 milhões de fardos, representando 0,4% a mais que em 1967/68. Agora em 1969/70, talvez alcance 53,3, implicando em um aumento porcentual de 0,7%. Caso essas previsões ainda parciais sejam confirmadas, o "carry over" a 31 de julho do corrente, deverá situar-se em torno de 21,3 milhões de fardos, o menor desde muitos anos e insuficiente para atender o consumo de 5 meses.

O comércio mundial do algodão deverá em 1969/70 ser um pouco maior que nos 12 meses precedentes em razão sobretudo da queda de produção e dos menores estoques existentes nos países importadores. Seria, assim, modificado o sentido de baixa que esse comércio vinha apresentando nos 3 últimos anos (17,9, 17,2 e 18,8 milhões de fardos, respectivamente em 1966/67, 1967/68 e 1968/69). As exportações norte-americanas, com dificuldade, poderão igualar em 1969/70 o baixo nível de 2,7 milhões de fardos registrados em 1968/69.

No que se refere aos preços, a tendência de grande estabilidade que se observava no início da temporada, foi sendo substituída lentamente por elevação e, presentemente, êles situam-se em níveis superiores aos de um ano atrás.

Quanto às perspectivas para a temporada de 1970/71, a iniciar-se a 1.º de agosto próximo, as informações disponíveis são ainda muito escassas para possibilitar avaliações razoáveis. Com base em informações isoladas, referentes a certas regiões e aspectos, pode-se tentativamente esboçar um apanhado geral que seria o seguinte.

Nos E.E.U.U., a primeira estimativa sobre a área plantada, acusa um aumento de 2% sobre a correspondente do ano passado. Tendo em conta que o transcurso do tempo está sendo mais favorável, é certo que o volume de produção irá superar os 10 milhões de fardos de 1969/70. Há rumores de que êle excederia os 12 milhões. Considerando, entretan-

to, o abandono de certa porcentagem dessa área (normalmente de 5 a 8%) não seria fácil obter-se mais de 12 milhões de fardos com os 12.138.000 acres semeados. O mais razoável é admitir-se 12 milhões de fardos. De qualquer forma, isso representaria um substancial ganho de 20%.

O México, que em 1969/70 experimentou forte queda de produção, irá ainda reduzir o plantio, o que poderá ser compensado pelo transcorrer das condições climáticas. Esperam-se, também, pequenas reduções nas colheitas da Turquia, Grécia e Austrália. As informações sobre a safra russa também não são muito favoráveis. Em muitos outros países, como El Salvador, Paquistão, Síria e outros, aguardam-se moderadas expansões. No cômputo geral, a produção deverá aumentar em cerca de 2 milhões de fardos, igual por conseguinte ao ganho que se deverá registrar nos E.E.U.U.

QUADRO 1. — Suprimento e Distribuição Mundial de Algodão em milhões de fardos de 217 kg líquidos (478 libras)

Item	1966/67	1967/68	1968/69	1969/70 ⁽¹⁾	1970/71 ⁽²⁾
1 — Estoques em 1.º de Agosto EE.UU.	16,9	12,5	6,5	6,5	5,6
Países predominantemente exportadores	4,4	4,5	5,3	6,8	6,3
Países predominantemente importadores ⁽³⁾	5,8	6,2	6,9	6,5	6,4
Sub-Total	27,1	23,2	18,7	19,8	18,3
Rússia, China e Europa Oriental	3,5	3,7	3,6	3,3	3,0
Total Mundial	30,6	26,9	22,3	23,1	21,3
2 — Produção EE.UU.	9,9	7,2	11,1	10,0	12,0
Outros Países	22,8	23,9	26,2	25,6	25,5
Sub-Total	32,7	31,1	37,3	35,6	37,5
Rússia, China e Europa Oriental	16,2	16,6	16,4	16,2	16,2
Total Mundial	48,9	47,7	53,7	51,8	53,7
Suprimento total	79,5	74,6	76,0	74,9	75,0
3 — Consumo EE.UU.	9,5	9,0	8,2	8,3 ⁽²⁾	8,1
Outros países	25,6	25,9	26,7	26,7 ⁽²⁾	27,0
Sub-Total	35,1	34,9	34,9	35,0	35,1
Rússia, China e Europa Oriental	17,3	17,7	18,0	18,3 ⁽²⁾	18,4
Total Mundial	52,4	52,6	52,9	53,3	53,5
Destruições	0,2	0,4	0,3	0,3 ⁽²⁾	0,3
4 — Total Geral	52,6	53,0	53,2	53,6	53,8

⁽¹⁾ Estimativa.

⁽²⁾ Dados esparsos de diversas fontes e absolutamente preliminares.

⁽³⁾ Incluindo a Índia e o algodão em circulação.

Fonte: International Cotton Advisory Committee — ICAC — Abril, 1970.

Ainda que importante, êsse ganho em quase nada alterará o suprimento mundial, pois será quase totalmente compensado pelo menor "carry over" de 1.º de agosto. Êsse suprimento, que em 1969/70 foi de 74,9 milhões de fardos, passaria a 75,0 milhões. O consumo talvez ainda aumente, embora de modo insignificante.

Em resumo e sob o ponto de vista estatístico, tudo indica que a temporada 1970/71 será bastante estável, com comércio e preços sem maiores alterações. Quanto aos preços, entretanto, é preciso ter em conta não só os inúmeros fatores que normalmente os influenciam, dentre os quais muitos imponderáveis, como ainda a nova política algodoeira norte-americana que reduz em 2 cents/libra o empréstimo de garantia para o "Middling de 1". Tendo em conta que o aumento de 2 milhões de fardos nesse país elevará seu suprimento em cerca de 1,3 milhões, é fácil de se ver a influência que, even-

tualmente, êste fato poderá exercer nos preços mundiais do algodão. De outro lado, porém, parece não haver razões para exagerar aquela influência, até porque a sua simples possibilidade já deveria estar afetando os preços e êstes permanecem firmes, havendo notícias de vendas futuras, em meses pertencentes ao 1.º semestre da próxima safra, a níveis superiores aos atuais.

No balanço final, o mais provável é, portanto, que a safra de 1970/71 tenha como principal característica o equilíbrio e a estabilidade nos preços.

2.2 — SITUAÇÃO INTERNA

Se os resultados das safras de 1967/68 e 1968/69 foram surpreendentemente brilhantes face ao transcurso do tempo que não fôra muito favorável, aquêles da temporada de 1969/70 não apresentaram nenhuma surpresa ou, em outras palavras, o tempo foi desfavorável e os resultados refletiram pesadamente essa adversidade.

Talvez a título de explicação caiba dizer que o sentido hostil do tempo foi em grande parte invertido, pois enquanto nos dois primeiros anos houve falta de chuvas, neste último houve excesso.

De acôrdo com dados ainda incompletos, o volume da produção paulista em 1969/70 deverá ser apenas igual ao da temporada precedente. Isto, com uma superfície de plantio 56% maior, o que dá bem idéia da deterioração havida nos rendimentos unitários.

Não havendo mais sentido em considerar a cotonicultura paulista separada da paranaense e daquelas de outras regiões vizinhas, seria necessário o conhecimento do quadro geral para um julgamento mais correto. Apesar das informações sôbre tais áreas serem ainda bastante insuficientes, parece certo que no Paraná as coisas não andaram melhores que em São Paulo, com a agravante de que ali, a safra passada já fôra de medíocre para má. Com

efeito, a safra paranaense de 1968/69 já apresentara rendimentos 35% inferiores à magnífica temporada de 1967/68 e nesta é prevista nova "quebra" de 15 a 20% em relação à precedente. Quanto às demais áreas vizinhas (Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Mato Grosso) as informações são, por ora, muito escassas, parecendo, entretanto, ter prevalecido as mesmas condições gerais, ainda que compensadas por maior expansão na área cultivada.

Em suma, a safra de 1969/70 representa um hiato na firme e destacada reação que a cotonicultura paulista encetara à partir da safra 1967/68 e que a conduzira nesta última temporada a um plantio superior a qualquer dos últimos 14 anos.

Cumpre ainda registrar a coincidência pouco freqüente de uma má safra no Sul, com perspectivas iguais ou talvez piores ainda da próxima colheita do Nordeste.

Dentre os resultados decorrentes dessa situação podem ser apontados os seguintes:

- a) as exportações não irão superar o recorde estabelecido em 1969. Ao contrário, deverão ser inferiores em cerca de 10% para a zona meridional e talvez, 15 a 20% para todo o País. Mesmo assim, será considerável o volume exportado e certamente um dos maiores jamais registrados pelo Brasil;
- b) como sempre ocorre em anos de má produtividade, a qualidade dos tipos também caiu. Neste ano, é muito grande a porcentagem de tipos inferiores. Felizmente e por razões até agora não esclarecidas, a qualidade intrínseca da fibra em nada perdeu. Ao contrário, se o comprimento e a resistência mantiveram os bons índices das safras passadas, o “micro-naire”, verdadeiro “calcanhar de Achilles” dos al-

godões do Sul, registrou extraordinária melhoria;

- c) a comercialização do produto foi também algo perturbada pelas falhas dos prognósticos relativos ao volume da safra. A indústria interna, confiante numa volumosa colheita, retardou as compras, esperando melhores condições de negócio. Os exportadores, porém, fiados na mesma convicção, tinham efetuado volumosas vendas antecipadas. Com isso as indústrias viram-se diante de uma oferta muito inferior à que estimavam, agravada ainda pela falta de tipos finos, aos quais dão preferência. Dêste fato, auxiliado também pelos incentivos à exportação de tecidos, resultou uma contínua elevação dos preços internos, os quais, no momento, acham-se cerca de 10% acima dos preços internacionais. Os reflexos dessa alta fizeram-se sen-

tir também no interior, com a relutância dos produtores em “fechar” o preço do algodão em carôço entregue às máquinas de benefício. Boa parte dos produtores, que não tinha ultimado a venda antes da alta, pôde assim aproveitar parcial ou totalmente, essa elevação das cotações.

2.3 — ESTIMATIVA DA SAFRA 1969/70 NO SUL

Com base nas informações ainda preliminares, pode-se estimar em 500 mil toneladas de algodão em rama a produção da região meridional, das quais, 255 mil seriam de São Paulo,

202 mil do Paraná e as 43 mil restantes dos estados de Minas, Mato Grosso e Goiás. Aquêlê volume deve ser comparado com as 600 a 650 mil inicialmente previstas, havendo até aquêles que falavam em 700 mil. Nos últimos 3 anos, seria a que consta no quadro 2, a produção do Sul.

A distribuição da última safra seria aproximadamente a constante do quadro 3.

De notar que das 325.000 toneladas acima calculadas e disponíveis para exportação, cêrca de 275 mil já foram vendidas. Em resumo, a safra já foi praticamente distribuída.

QUADRO 2. — Safras Agrícolas de Alguns Estados Produtores de Algodão

Safra	S. Paulo	Paraná	Minas, Goiás e Mato Grosso	Total	Índice
1967/68	191.798	204.409	25.000	421.207	100
1968/69	265.523	233.516	42.000	541.039	128
1969/70 (1)	255.000	202.000	43.000	500.000	119

(1) 1969/70 — Estimativa.

Fonte: 1967/68 e 1968/69 — Relatório da Bólsa de Mercadorias de São Paulo, 1970.

QUADRO 3. — Posição do Algodão em Rama do Sul do País, 1970
em toneladas

A	— Suprimento		
1.1	— Estoques em 31/12/69		30.000 ⁽¹⁾
1.2	— Produção		
1.2.1	— São Paulo	255.000	
1.2.2	— Paraná	202.000	
1.2.3	— Estados vizinhos	<u>43.000</u>	500.000
2	— Total		530.000
8	— Consumo ⁽²⁾		
3.1	— São Paulo	110.000	
3.2	— Minas, Santa Catarina, Guanabara, Paraná e outros	<u>65.000</u>	175.000
4	— Suprimento — Consumo		355.000
5	— Estoques em 31/12/1970		30.000 ⁽¹⁾
6	— Disponibilidade para exportação		325.000

⁽¹⁾ Estimado.

⁽²⁾ Consumo apenas de algodão do Sul.

2.4 — PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PLANTIO

É cêdo ainda para se dispor de informações que indiquem razoavelmente a tendência do próximo plantio. Com os poucos indícios existentes, talvez caibam as seguintes conjecturas:

- a) no Paraná, com o avanço da soja e caso não ocorram fortes geadas e nem se aviltem os preços do milho, é certa uma acentuada redução, podendo atingir 30% ou mais. O insucesso de duas safras seguidas dificilmente deixará de ter conseqüências;
- b) em São Paulo é muito mais difícil o prognóstico. Primeiramente, é preciso ter em conta que, nos últimos 5 anos, esta é a primeira safra que apresenta fracos rendimentos unitários. O preço do produto é relativamente bom e o mercado acha-se em alta. Também, a esperada expansão da soja não deverá ainda atingir níveis muito

competitivos com o algodão. De outro lado, porém, é preciso considerar os prejuízos experimentados por muitos cotonicultores e o fato de que a área de cultivo havia se expandido muito em 1969/70 (56% de aumento, a maior dos últimos 14 anos), sendo bastante difícil novos aumentos. Dependendo do comportamento dos preços do milho, parece mais provável contar-se com uma retração de 10% ou mais no futuro plantio;

- c) do Triângulo Mineiro, Sul de Mato Grosso e Goiás, não se dispõe de nenhuma base para previsões. Dado, porém, o progresso que esta lavoura vem experimentando nessas regiões, talvez se possa admitir ligeira expansão na superfície de cultivo.

2.5 — CRITÉRIOS

Aplicando-se a taxa admitida de 18% para a desvaloriza-

ção da moeda sobre o preço mínimo deste ano (Cr\$ 8,70) encontrar-se-á a base de Cr\$ 10,27.

De outra parte, emprestando-se ênfase à exportação, pode-se admitir a correspondência apresentada no quadro 4, entre os preços FOB Santos; os preços no interior, onde se admitiu um preço de 23 cents/libra (a pauta atual da CACEX é de 23,50) e um aumento de 8% na taxa do dólar.

Ainda que a correspondência descrita seja derivada de cálculo aproximado, é sensível a diferença com os Cr\$ 10,27 resultantes da correção pela taxa inflacionária, dos Cr\$ 8,70 adotados para a safra 1969/70. Há que se ter em conta, também, que os Cr\$ 8,70, estiveram muito abaixo dos preços de mercado que prevaleceram, não para o tipo "5" ou "regular" a que êle se refere, mas para a média dos tipos, que foi muito inferior ao "5". A vista disso e do que já foi exposto com referência à tendência de

retração do próximo plantio, bem como dos objetivos gerais, visando pelo menos a manter as atividades agrícolas nos presentes níveis, sugere-se um acréscimo de 5% sobre a menor das bases encontradas, isto é, Cr\$ 10,27. Neste caso, encontrar-se-ia o preço de Cr\$ 10,78 ou arredondando, Cr\$ 11,00. Êste preço se entende por 15 quilos de algodão em caroço, do tipo "5" ou "regular", livre ao produtor e pôsto na localidade mais distante do interior de São Paulo (Mirante do Paranapanema).

No quadro 5 e figura 1 são apresentados dados gerais sobre a evolução da situação de algodão em São Paulo.

3 — AMENDOIM

Não obstante a fácil colocação do amendoim, da torta e até mesmo do óleo (o que antes não se conseguia) que últimamente vem sendo possível junto aos mercados mundiais, esta cultura entrou num visível estado de estagnação, senão mes-

QUADRO 4. — Correspondência entre Preços de Exportação e Preços Internos de Algodão. Partindo-se de Preço de 25 Cents por Libra FOB Santos, 1970

Item	Câmbio, Cr\$ 4,89 = = US\$ 1,00	Cr\$/por 15 kg
1 — Valor FOB Santos		37,19
2 — Despesa Total		10,25
2.1 — Despesa entre São Paulo e FOB Santos (6% do Preço em São Paulo)	1,80	
2.2 — Quebra de Pêso (0,5%)	0,18	
2.3 — Deságio entre tipos 5 e 5/6	0,40	
2.4 — Frete do interior a São Paulo	1,00	
2.5 — Seguro e transferência	0,25	
2.6 — Juros (45 dias a 1,5% ao mês)	0,76	
2.7 — Benefício	4,00	
2.8 — Fundo Rural	0,34	
2.9 — ICM na venda de 26 kg de caroço a Cr\$ 4,00 por 15 kg	1,17	
2.10 — Quebra de pêso no caroço	0,35	
3 — Diferença entre 1 e 2		26,94
4 — Venda de 26 kg de caroço		6,92
5 — Valor de 42,5 kg de algodão em caroço		33,86
6 — Valor de 15 kg de algodão em caroço no interior (tipo regular)		11,95

QUADRO 5. — Algodão em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 arrôbas em carôço	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil ⁽¹⁾ (b)	a/b × 100
				Preço Corrente Cr\$/15 kg	Índice (a)		
1948-52	1.094	40.929	561	0,08	100	100	100
1953-57	729	36.717	756	0,13	162	217	75
1958-62	528	35.421	1.006	0,43	538	678	79
1960	498	35.180	1.059	0,39	488	585	83
1961	569	34.673	915	0,59	738	803	92
1962	678	47.513	1.052	0,74	925	1.218	76
1963	605	39.827	987	1,20	1.500	2.116	71
1964	508	39.813	1.175	2,50	3.125	4.039	77
1965	653	34.800	799	3,77	4.712	6.355	74
1966	477	46.607	1.470	4,27	5.338	8.786	61
1967	290	27.240	1.407	5,20	6.500	11.296	58
1968	339	36.507	1.620	6,95	8.688	14.033	62
1969	448	48.527	1.620	8,12	10.150	16.945	60
1970 ⁽³⁾	702 ⁽²⁾	48.000 ⁽²⁾	1.030 ⁽²⁾	9,46	11.825	20.353	58

⁽¹⁾ Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ 3.ª previsão de safra (março 1969).

⁽³⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

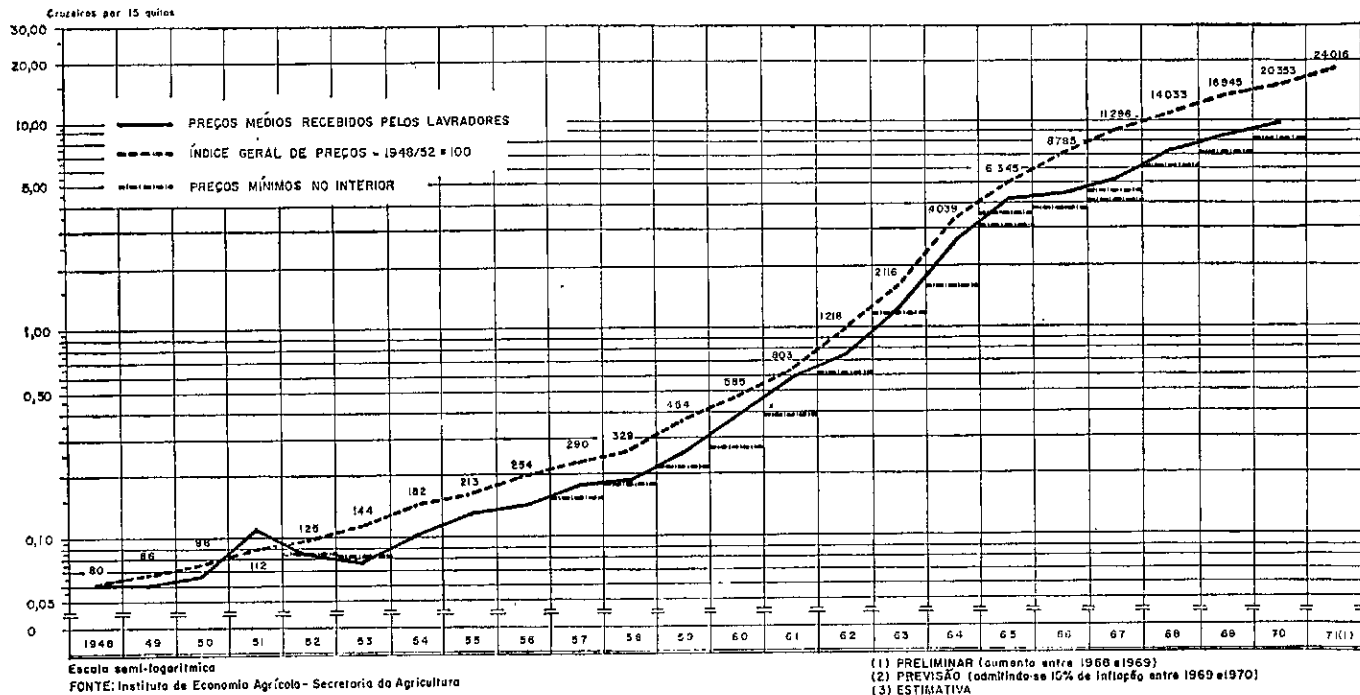


FIGURA 1. — Evolução dos Preços do Algodão em Caroço no Estado de São Paulo, 1948-71.

mo de retrocesso. Isto em São Paulo, que responde ainda pelo grosso da produção brasileira, parecendo também que coisa semelhante se passa no Paraná. Dentre os fatores motivadores dêsse desinteresse por parte dos lavradores e até mesmo dos círculos comerciais e industriais ligados à economia do produto, talvez possam ser lembrados os seguintes:

a) os seguidos insucessos que vem apresentando a produtividade física da cultura, provocados principalmente pelas adversidades climáticas, mas também pela crescente presença de pragas, combinada com e/ou decorrente da pouca melhoria e até desleixo nos tratamentos culturais. Das oito últimas colheitas (4 anos) apenas as duas "safras das águas" de 1967/68 e 1969/70 podem ser tidas como razoavelmente boas. As demais se classificam entre más e péssimas. Nesta consideração, inclui-

se a última colheita "da seca" de 1969/70, da qual não se dispõe ainda da estimativa final, mas conta-se com diversas informações de círculos interessados, estimando uma "quebra" de 30% nos rendimentos, tanto para São Paulo como para o Paraná;

- b) o revigoramento da coto-cultura com a consequente expansão da sua área de cultivo, em muito arrefecendo, senão mesmo destruindo, a capacidade competitiva que lhe oferecia o amendoim;
- c) a célere expansão da soja no Paraná e também, ainda que em menor escala, São Paulo, atraindo as maiores atenções de muitos agricultores;
- d) a expansão do cultivo do milho nos dois Estados acima mencionados.

Sejam quais forem as causas, o fato é que o cultivo do amen-

doim é hoje uma atividade que entrou mais ou menos em “ponto morto”, não despertando maiores entusiasmos entre os agricultores. Contudo, todos os anos, um número considerável de produtores a êle se dedicam, seduzidos pelos seus atrativos naturais (rapidez do ciclo vegetativo, exigência relativamente pequena quanto à qualidade dos solos, facilidade de comercialização, etc.) e também com a esperança de “acertarem” uma boa colheita. Registre-se, finalmente, que a importância do produto continua a ser destacada, não só por ser ainda a principal fonte de óleos vegetais, como pelo valor que representa sua torta e suas possibilidades de exportação.

3.1 — CRITÉRIOS

Ainda que a esperada redução na safra da “sêca” tenha provocado nestes dois últimos meses considerável aumento nos preços do produto, o preço médio recebido pelos produtores deverá ser, neste ano, bem inferior, em termos reais, àque-

les obtidos no ano passado. Isso, principalmente porque a safra “das águas”, como já foi dito, foi razoavelmente boa e, assim, comercializada a preços baixos. É possível que a presente elevação dos preços estimule o próximo plantio, embora não se deva confiar muito neste fator, face às causas mais profundas que estão afetando a economia do produto. De outro lado, cumpre reconhecer que as bases dos preços de garantia que vêm sendo estendidos ao amendoim são relativamente boas, seja em cotêjo com os custos de produção ou os preços de mercado. Diga-se ainda que a influência que possa provir dos preços de garantia deverá ser relativa, salvo, obviamente, exageros fora de consideração.

Tendo em conta o exposto, admite-se que a atualização das bases aprovadas em 1969/70 (a grosso modo Cr\$ 8,00 como média para as duas zonas em que foi dividido o Estado) preencherá os objetivos maiores

que foram admitidos. Isto resultará por arredondamento, em Cr\$ 9,50 por saco de 25 quilos em casca, do tipo "3", classe graúda ou miúda e livre ao produtor. A discriminação por zona, a critério do órgão responsável, giraria em torno dessa base. A título de referência diga-se ainda que em junho de 1970, com a alta das cotações já citadas, o preço médio recebido pelos lavradores foi de Cr\$ 11,50.

4 — ARROZ

Após 7 anos de "vacas magras", passíveis de contestação apenas pela safra de 1966/67, cujos rendimentos foram um pouco melhores, a colheita de arroz em 1969/70 foi muito boa. Isto, para os padrões de rendimento do arroz "de sequeiro". Com efeito, pelas estimativas ainda preliminares, o rendimento de 1.395 kg/ha será melhor que qualquer dos últimos 17 anos pelo menos e praticamente o dôbro do obtido em 1968/69. A boa safra

de São Paulo teve correspondência em todos os Estados produtores do Brasil Central, como Goiás, Mato Grosso e Minas. Assim, aumentaram extraordinariamente as ofertas de arroz em todos os centros de consumo. Em conseqüência, os preços do produto vêm experimentando acentuadas baixas neste ano, já se situando, mesmo, em valores correntes, abaixo daqueles do ano passado. Em termos de preços reais, essa perda já anda ao redor de 25% e tende a aumentar. De acôrdo, aliás, com informações esparsas, em muitos centros produtores os preços caíram abaixo dos mínimos, obrigando à intervenção da C.F.P.

Em resumo, parece que o principal problema com que, no momento, se defronta o Governo com relação ao arroz do Brasil Central é o de procurar evitar a continuação do círculo vicioso das grandes safras com aviltamento de preço, seguidas por pequenas colheitas e elevação exagerada dos preços.

QUADRO 6. — Amendoim em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 25 kg em casca	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil ⁽¹⁾ (b)	a/b × 100
				Preço Corrente Cr\$/25 kg	Índice (a)		
1948-52	152	6.352	1.060	0,06	100	100	100
1953-57	152	6.724	1.100	0,13	217	217	100
1958-62	338	16.598	1.270	0,40	650	678	96
1960	295	14.500	1.230	0,44	733	585	125
1961	427	18.600	1.090	0,52	867	803	108
1962	479	21.800	1.140	0,65	1.083	1.218	89
1963	382	19.200	1.260	1,05	1.767	2.116	84
1964	409	15.300	940	3,73	6.217	4.039	154
1965	414	24.000	1.450	4,16	6.933	6.355	109
1966	482	26.700	1.390	5,35	8.917	8.786	101
1967	552	19.650	890	4,85	8.083	11.296	72
1968	390	21.500	1.380	7,46	12.433	14.033	89
1969	474	21.300	1.120	9,32	15.533	16.945	92
1970 ⁽³⁾	438 ⁽²⁾	26.200 ⁽²⁾	1.500	9,49	15.817	20.353	78

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica.

(2) 3.ª previsão de safra (março 1969).

(3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

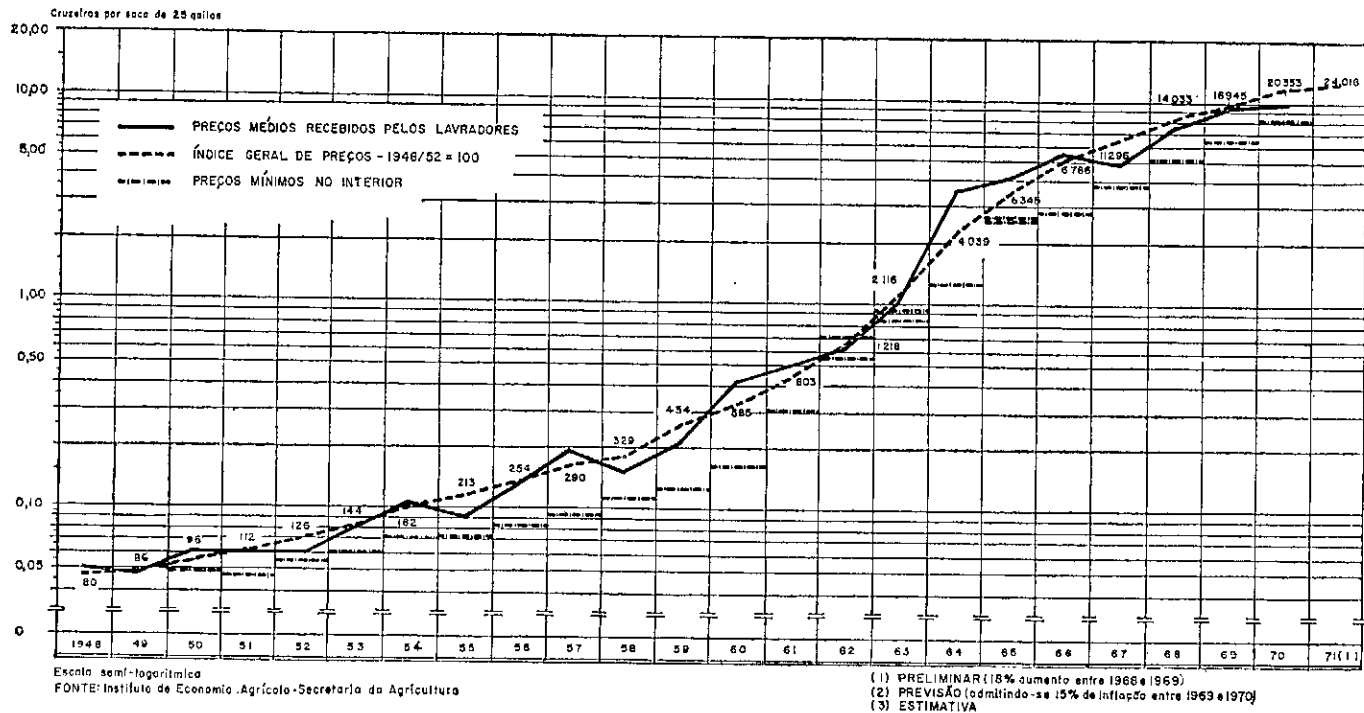


FIGURA 2. — Evolução dos Preços do Amendoim em Casca no Estado de São Paulo, 1948-71.

Nesse objetivo, a garantia de preços mínimos, pode desempenhar importante papel, embora estejam presentes elementos de grande complicação, devido à grande dependência que o sistema de cultivo "em sequeiro" apresenta em relação ao transcurso do tempo.

No caso específico do Estado de São Paulo e como já foi exposto em trabalhos anteriores, não há interesse, sob o ponto de vista da economia do setor agrícola, em expandir a cultura do arroz sob o sistema de "sequeiro". A superfície de plantio desta última safra foi, no entanto, cerca de 20% inferior aos 800 mil hectares que se considera razoável. Felizmente, os ótimos rendimentos compensaram com sobras essa redução, mas será talvez pouco aconselhável intentar reduções ainda maiores de 1 ano para outro. Há também que se ter em conta a enorme importância da cultura para toda a região, seja como componente básico da dieta alimentar do

povo, seja na superfície de plantio ocupada ou ainda na contribuição para o valor global da produção agrícola.

4.1 — CRITÉRIOS

Calculando-se, simplesmente, pela média aritmética, o preço mínimo para as quatro zonas em que foi dividido o Estado, foi êle sensivelmente igual a Cr\$ 18,00 na temporada de 1969/70. Em relação aos modelos de custo de produção e aos próprios preços de mercado, esta base podia ser considerada como boa. É bem verdade que ela não impediu uma redução de 18% no plantio do Estado. Não se podia, entretanto, pretender que ela o fizesse, nas circunstâncias então prevaletentes, de insucessos seguidos nessa exploração.

Com o exposto, parece cabível considerar que a atualização da base atual, transportando-a em termos reais para a safra de 1970/71, poderá atender aos objetivos visados. Assim procedendo, encontra-se o

preço de Cr\$ 21,24 que, arredondado, passaria a Cr\$ 21,20, passível de pequenas variações para o atendimento das diferenças zonais. Este preço, refere-se ao saco de 60 quilos de arroz em casca, grãos médios, tipo "1" e "2", livre ao produtor e pôsto no interior do Estado.

5 — FEIJÃO

De modo semelhante ao amendoim, "a safra das águas" deste produto foi relativamente boa, mas a colheita "da seca" segundo informações de círculos ligados ao ramo, teria experimentado quebras de rendimento avaliadas entre 30 a 35%. Noticia-se também que teria havido substanciais perdas na safra Goiana, bem como perdas menores em Minas.

De qualquer forma, a produção de feijão no Estado foi em 1969/70 bem melhor que o reduzidíssimo volume obtido em 1968/69. Conforme já foi exposto em vários trabalhos anteriores, esta cultura encontra-

se em decadência no Estado em virtude de inúmeras causas, as quais vão desde os problemas de ordem agronômica (deficiências de boas sementes, excesso de variedades cultivadas, infestação de doenças, maus tratos culturais, etc.) até os provenientes do regime de trabalho (quase extinção do regime de colonato na cafeicultura) e os de ordem comercial. A importância da cultura para o setor agrícola de São Paulo, que importa das regiões vizinhas cerca de 2/3 do feijão consumido, é hoje algo modesta. Sob muitos outros aspectos, entretanto, como o da economia daquelas regiões e sobretudo no tocante ao abastecimento alimentar, onde dos dois mais constantes componentes da dieta diária é ele e de longe o de maior poder nutritivo, sua relevância dificilmente pode ser exagerada. Em suma, trata-se de exploração que precisa de maior amparo em tôdas as suas fases. Para o caso de São Paulo, a presença dos problemas básicos como

QUADRO 7. — Arroz em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 60 kg em casca	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil ⁽¹⁾ (b)	a/b × 100
				Preço Corrente Cr\$ saco 60 kg em casca	Índice (a)		
1948-52	495	11.759	1.430	0,15	100	100	100
1953-57	542	9.205	1.030	0,44	293	217	135
1958-62	574	10.840	1.130	1,25	833	678	123
1960	573	11.000	1.150	0,84	560	585	96
1961	644	13.200	1.230	1,03	686	803	85
1962	508	10.200	1.200	2,91	1.940	1.218	159
1963	762	12.000	940	5,27	3.513	2.116	166
1964	1.108	15.000	810	6,57	4.380	4.039	108
1965	1.065	17.100	960	6,22	4.147	6.355	65
1966	702	9.600	820	14,92	9.947	8.786	113
1967	753	15.000	1.200	18,65	12.433	11.296	110
1968	881	10.600	720	22,50	15.000	14.033	107
1969	774	9.100	710	22,76	15.173	16.945	90
1970 ⁽³⁾	636 ⁽²⁾	14.800 ⁽²⁾	1.400 ⁽²⁾	21,31	14.207	20.353	70

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica.

(2) 3.ª previsão de safra (março 1969).

(3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

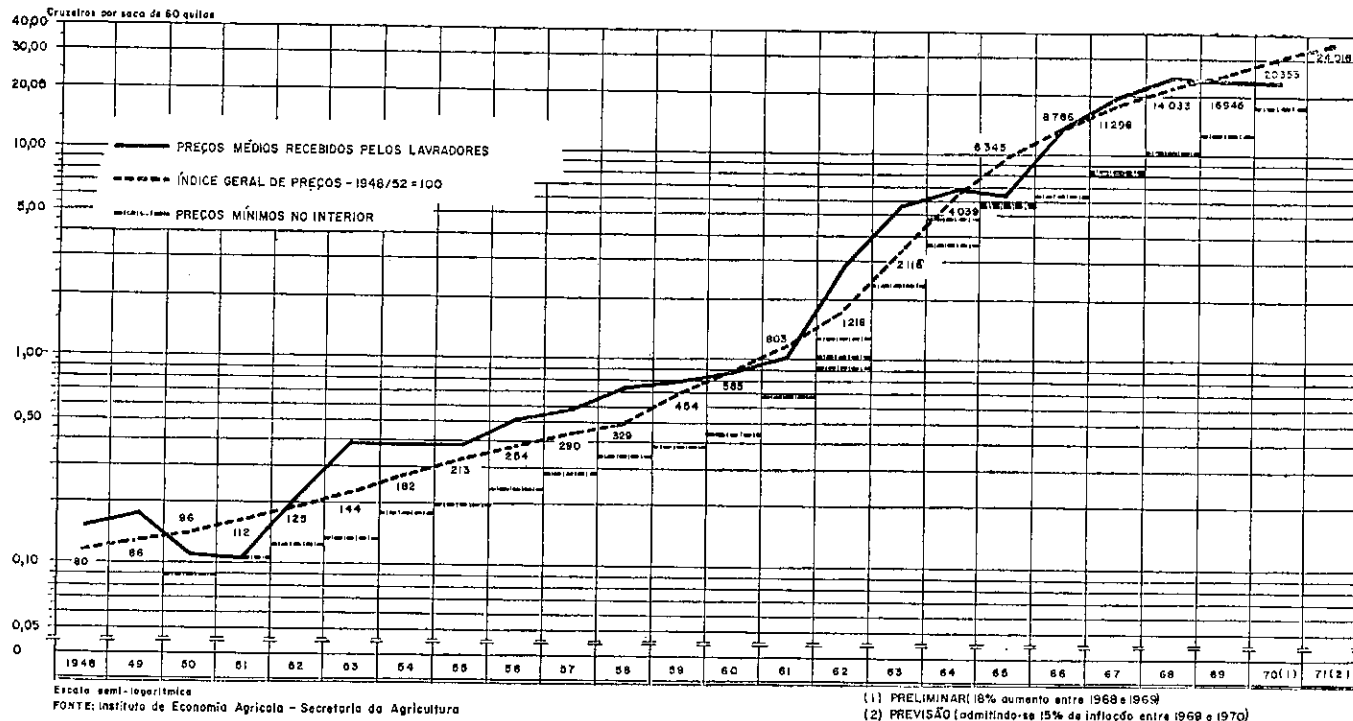


FIGURA 3. — Evolução dos Preços do Arroz em Casca no Estado de São Paulo, 1948-71.

os já mencionados, reduz em grande parte os efeitos de uma garantia razoável de preços mínimos, mas sua importância permanece, como meio para evitar o aparecimento de outras dificuldades e auxiliar a solução daqueles.

5.1 — CRITÉRIOS

Se em relação aos custos de produção o preço mínimo de 1969/70 era bom (cêrca de Cr\$ 25,11 como média simples das 3 zonas em que foi dividido o Estado) o mesmo não se pode dizer quanto aos preços do mercado que mantiveram-se muito acima (aproximadamente 67% a mais) do mesmo. Ademais, face às frustrações da safra “da sêca” em várias regiões, o mais provável é que ocorram ainda novas elevações de preços, até que os feijões dos futuros plantios comecem a influir sôbre a oferta. Talvez caiba também repetir que não há sentido em preços mínimos que se afastem em demasia dos preços de mercado, pois quando isso ocorre, aquêles preços tor-

nam-se inócuos para todos os efeitos.

Atendendo às considerações feitas, sugere-se que a taxa de ajustamento inflacionário seja, para êste produto, aplicada não às bases aprovadas, mas àquela sugerida em trabalho de idêntica finalidade apresentado por esta Pasta e referente à safra 1969/70. Esta base que era de Cr\$ 30,00 passaria a Cr\$ 35,40 ou, por arredondamento, a Cr\$ 35,00. Êste preço, modificado ligeiramente em relação às zonas em que seja dividido o Estado, diz respeito ao volume de 60 quilos, dos feijões de côres, tipo “3”, livre ao produtor e pôsto no interior do Estado.

6 — MILHO

A se confirmarem, o que parece provável, as estimativas preliminares, a safra de 1969/70 em São Paulo seria recorde, tanto em volume de produção como em rendimentos por unidade de área. Fato semelhante, ao que parece, teria ocorrido no Paraná, importante pro-

QUADRO 8. — Feijão em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 60 kg em casca	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil (1) (b)	a/b × 100
				Preço Corrente Cr\$ saco 60 kg em casca	Índice (a)		
1948-52	209	2.274	650	0,16	100	100	100
1953-57	277	2.031	450	0,49	306	217	141
1958-62	357	2.392	400	2,11	1.319	678	195
1960	448	3.260	440	1,34	1.838	585	143
1961	356	2.320	390	1,51	944	803	118
1962	358	1.940	320	5,19	3.244	1.218	266
1963	387	2.680	420	5,62	3.512	2.116	166
1964	386	2.470	380	7,25	4.531	4.039	112
1965	330	3.150	570	10,37	6.481	6.355	102
1966	322	2.508	470	25,46	15.912	8.786	181
1967	370	2.700	440	18,71	11.694	11.296	104
1968	225	1.955	520	23,42	14.637	14.033	104
1969	235	1.320	340	56,13	35.081	16.945	207
1970 (3)	317 (2)	2.390 (2)	450 (2)	42,03	26.269	20.353	129

(1) Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica.

(2) 3.ª previsão de safra (março 1969).

(3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

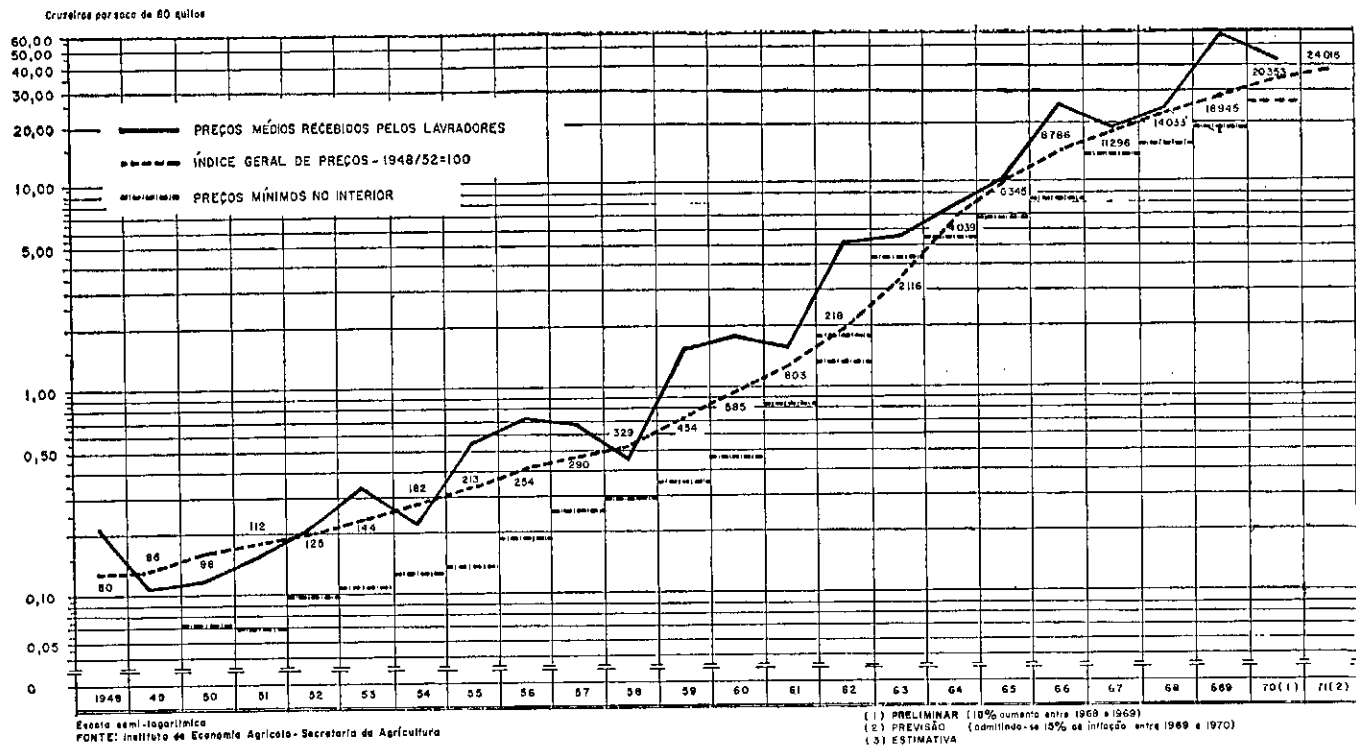


FIGURA 4. — Evolução dos Preços do Feijão no Estado de São Paulo, 1948-71.

dutor dêste cereal. Nos Estados vizinhos, com destaque para Minas, outro grande produtor, a colheita também teria sido abundante.

Apesar da abundância da oferta, os preços de mercado ainda que descendo dos altos níveis em que se situavam no segundo semestre do ano passado, não se aviltaram. Isto provavelmente se deve aos grandes progressos porque atravessa toda a economia do milho, incluindo a parte comercial e industrial, com transporte a granel, estrutura permanente de exportação, expansão das fábricas de rações e das indústrias de aproveitamento moderno do grão, etc. Há alguns anos atrás, é certo que uma oferta das proporções desta provocaria aviltamento dos preços além de outras grandes perturbações à economia do produto. Este fato é auspicioso, pois se trata de produto que exerce papel de fundamental importância em toda a infraestrutura do setor agrícola.

Em razão disso é que todos os esforços devem ser feitos no sentido de assegurar a conquista que vem aos poucos sendo realizada no setor do milho, de tanto significado para a modernização de todo o setor agropecuário.

6.1 — CRITÉRIOS

As bases aprovadas no ano passado e referentes a 1969/70, mostraram-se razoavelmente satisfatórias, embora com um diferencial bastante acentuado para os preços de mercado. Tais bases eram, aliás, sensivelmente iguais e até levemente superiores à sugerida pelo já mencionado trabalho que esta Pasta enviou no ano passado, como o faz todos os anos, as autoridades federais, visando a colaborar com a política de preços mínimos ao expressar as necessidades da agricultura paulista.

Quanto à área do futuro plantio, o que talvez se possa dizer é que, caso os preços não baixem em demasia, como ao

QUADRO 9. — Milho em São Paulo

Média Quinquênio e Ano	Área Plantada 1.000 ha	Produção 1.000 sacos 60 kg	Rendimento Agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice Geral de preço no Brasil ⁽¹⁾ (b)	a/b × 100
				Preço Corrente Cr\$/60 kg	Índice (a)		
1948-52	804	18.047	1.350	0,08	100	100	100
1953-57	1.085	19.655	1.090	0,13	162	217	75
1958-62	1.189	28.100	1.410	0,55	688	678	101
1960	1.324	29.000	1.310	0,36	450	585	77
1961	1.186	29.400	1.490	0,72	900	803	112
1962	1.331	36.900	1.660	1,00	1.250	1.218	103
1963	1.573	44.800	1.710	1,28	1.600	2.116	76
1964	1.263	23.600	1.120	3,15	3.938	4.039	97
1965	1.396	40.800	1.750	3,79	4.738	6.355	75
1966	1.367	41.500	1.820	5,55	6.938	8.786	79
1967	1.476	44.000	1.790	6,25	7.800	11.296	69
1968	1.573	42.500	1.620	6,60	8.250	14.033	59
1969	1.246	29.000	1.400	11,05	13.812	16.954	81
1970 ⁽³⁾	1.476 ⁽²⁾	49.000 ⁽²⁾	1.990 ⁽²⁾	12,95	16.187	20.353	80

⁽¹⁾ Índice "2" Nacional da Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ 3.ª previsão de safra (março 1969).

⁽³⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

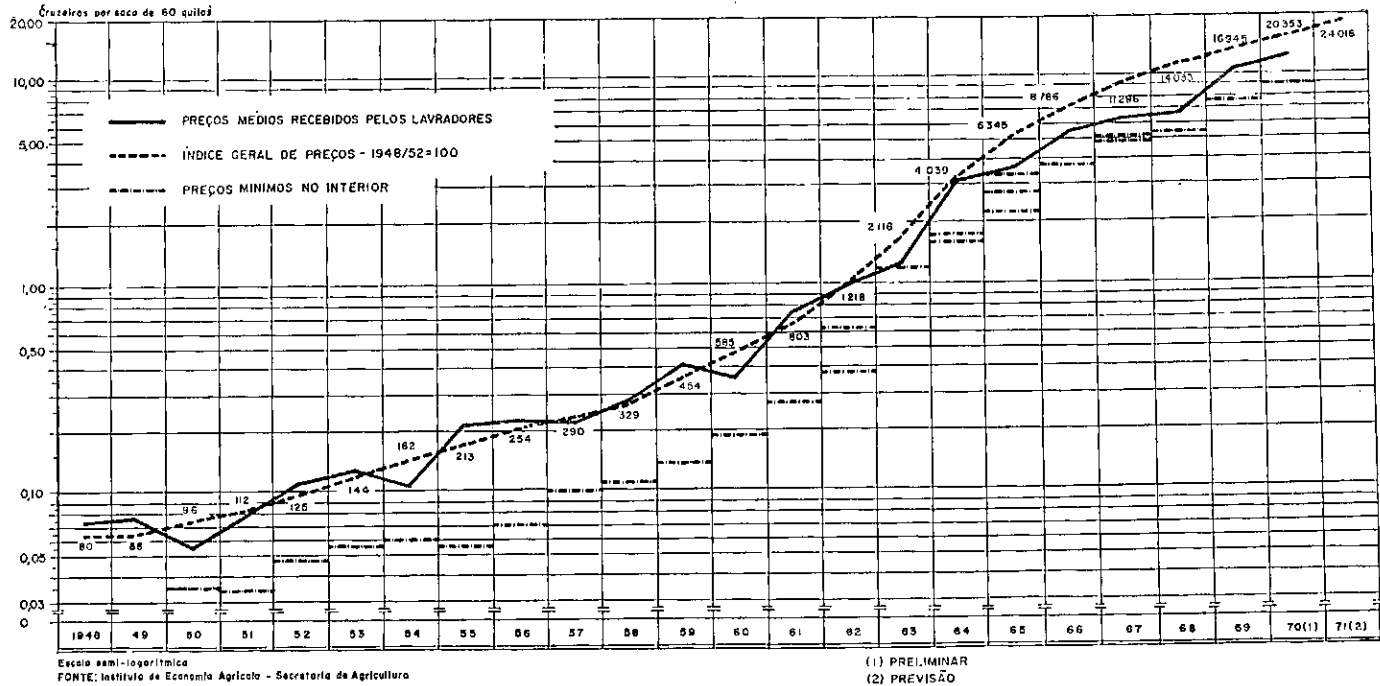


FIGURA 5. — Evolução dos Preços do Milho no Estado de São Paulo, 1948-71.

que parece, não irá ocorrer, deverá ela ser de igual grandeza que a passada. Esta, ainda que bastante considerável, não foi a maior já registrada no Estado e situou-se apenas um pouco acima da área média dos 3 anos precedentes. Uma das condições, para isto será, no entanto, aquela de manter em termos de preços reais, as bases de garantia aprovadas para 1969/70, transportando-as para o ano vindouro. Tais bases, consideradas as quatro zonas em que foi dividido o Estado, fornecem a média simples de Cr\$ 9,01 (Cr\$ 9,00 foi a sugestão desta Pasta). Considerando-se os 18% admitidos como porcentual para a desvalorização da moeda, chega-se ao preço de Cr\$ 10,63, que poderia ser arredondado para Cr\$ 11,00.

Saliente-se que êsses níveis seriam inferiores aos possíveis de serem obtidos no mercado mundial. Assim, partindo-se de uma cotação de 48 dólares por tonelada, FOB-Santos (atualmente estão se realizando ne-

gócios a mais de 50 dólares) e admitindo como sendo de Cr\$ 4,89 a taxa cambial para o dólar, ter-se-ia, no interior, uma correspondência de Cr\$ 12,50 por sacco.

Aquela base, devidamente modificada para atender às diferentes zonas do Estado, refere-se à saca de 60 quilos de milho da classe mole ou mista, tipo "3", livre ao produtor e colocada no interior.

7 — SUBPRODUTOS DA MANDIOCA

Mesmo com a redução, em relação à safra precedente, de 18% na superfície de plantio e cerca de 15% no volume de produção paulista, a safra de 1969/70 trouxe problemas de preços e comercialização aos produtores de mandioca e fabricantes de farinha. Ao que tudo indica, a razão disto foi a expansão verificada na produção de farinha em alguns Estados reduzindo-se, em consequência, as compras que normalmente eram feitas em São

Paulo. Devido, segundo informam círculos credenciados, à seca reinante no Nordeste, compradores daquela região, retornaram nos últimos meses às compras realizadas em São Paulo, voltando a se normalizar os preços, os quais passaram depois a se elevar. Os demais subprodutos, notadamente a raspa, que tem sido exportada com facilidade, não passaram por dificuldades maiores.

Apesar de ter sido sempre um produto um tanto esquecido, a importância da mandioca é muito grande e semelhante, embora em menor escala, à do milho como infraestrutura de sustentação de inúmeros setores agropecuários. Os progressos que a economia do setor vem apresentando são também maiores do que a muitos possa parecer. As grandes possibilidades que oferece a exportação da raspa começam a se fazer sentir no aperfeiçoamento do comércio exportador e na modernização da indústria, cabendo citar como exemplo a

próxima entrada em atividade de duas unidades destinadas à “peletização” da raspa, o que muito irá facilitar a exportação deste subproduto.

7.1 — CRITÉRIOS

As bases dos preços mínimos de garantia aprovados para 1969/70 situaram-se tão distantes dos preços de mercado que perderam todo e qualquer sentido.

À vista disto e do que vem de ser exposto, sugere-se que se adote o preço proposto por esta Secretaria no trabalho do ano anterior, transportando-o em termos reais para a safra 1970/71. Tendo sido de Cr\$ 9,00 aquele preço, chegar-se-ia por consequência, ao nível de Cr\$ 10,62, ainda bem distante dos preços vigentes no mercado, mas que pode ser arredondado para Cr\$ 10,50. Esta seria a média em torno da qual seriam estabelecidos os preços para as diferentes zonas em que está dividido o Estado. Seria também o preço para a

farinha de mandioca tipo "1" acondicionada em sacos de 50 quilos, posta no interior do Estado e livre ao produtor. Para os demais subprodutos (raspa, farinha de raspa, amido ou fécula) seriam guardadas as mesmas relações porcentuais dos anos anteriores.

8 — SOJA

Apesar do inegável entusiasmo que êste cultivo está despertando em vários Estados do Sul do Brasil, incluindo-se São Paulo, e de ser uma exploração que se encontra em plena fase ascensional, a expansão neste Estado foi menor que a esperada. Mesmo assim, foi ela considerável já que a superfície de plantio de 1969/70 foi superior em mais de 40% à temporada precedente. A acreditar-se em informações de círculos ligados ao ramo, teria havido redução de 20% nos rendimentos previstos, fazendo com que o ganho de produção diminuisse para 33%. Não havendo, a não ser êste, outros fatores de

pressivos, é de se acreditar em nova ampliação do plantio, o qual poderá crescer em mais de 20%.

8.1 — CRITÉRIOS

Os preços mínimos de 1969/70 situaram-se muito abaixo dos preços de mercado, permitindo afirmar que não exerceram nenhum efeito na expansão observada, que se deve a fatores outros. À vista dessas considerações, insiste-se aqui na base sugerida no trabalho do ano anterior, mantida em termos de preços reais. Tendo ela sido de Cr\$ 17,00, o seu transporte para o ano vindouro equivaleria a Cr\$ 20,06 ou, arredondando, Cr\$ 20,00. Como para êste produto não há divisões em zonas do território estadual, tal preço se entende para o saco de 60 quilos pôsto no interior e livre ao produtor.

9 — MAMONA

A safra 1969/70 registrou, em cotêjo com a precedente, redução aproximada de 19%

na superfície de plantio e uma “quebra” um pouco menor (16%) no volume de produção.

As exportações de óleo de mamona por Santos e até 31/5 dêste ano, estavam bem inferiores às de igual período de 1969 (37% a menos) mas eram superiores ao dôbro das verificadas no mesmo lapso de tempo em 1968. Em resumo, uma safra normal em seus principais aspectos.

9.1 — CRITÉRIOS

As bases dos preços de garantia aprovadas para a safra prestes a se encerrar, quer faça aos preços de mercado, quer em relação aos custos de produção, foram boas e podem mesmo ser consideradas como estimulantes. Se êste efeito não se fêz sentir, isto se deve

ao estágio de atraso em que se encontra esta exploração, incapaz ainda de responder a certos incentivos.

À vista do exposto, o mais acertado parece ser o de se manter para 1970/71 as mesmas bases, ajustando-as apenas de acôrdo com a desvalorização prevista para a moeda. Para 1969/70, a média simples daquelas bases (para êste produto o Estado foi dividido em 2 Zonas), girou em tórno de Cr\$ 17,80 por sacco de 60 quilos ou Cr\$ 14,80 por 50 quilos. O transporte dêsse valor em preços reais para 1970/71 resultaria em Cr\$ 17,46 ou por arredondamento Cr\$ 17,45. Êste preço entende-se para o sacco de 50 quilos, unidade utilizada em São Paulo, livre ao produtor e colocado no interior do Estado.

Este trabalho foi composto e impresso
nas oficinas gráficas da



TIPOGRAFIA EDANEE S. A.

à Rua do Bosque n.º 1.426 - São Paulo